

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : CP

CLASS. : 7 - 1895

DATA : 19 08 80

PG. : 12

DPF vai abrir inquérito sobre matança de índios

O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, determinou, ontem, à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar o que classifica de "genocídio" dos índios ianomami, em Roraima. Junqueira quer encontrar os responsáveis diretos e indiretos pela matança dos índios, e pede que a PF dê a atenção especial ao inquérito, "para que tudo seja esclarecido" da forma mais ágil possível.

Para tanto, a Procuradoria-Geral da República valeu-se de uma lei que existe desde 1.956, mas nunca foi aplicada no Brasil. A lei

de nº 2.889/56 foi assinada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek e, segundo o procurador Aristides Junqueira, somente 34 anos depois será aplicada para tentar solucionar um caso de um grupo étnico, que vem sendo pouco a pouco exterminado.

Os responsáveis diretos pela matança dos índios ianomami, segundo o procurador, são os garimpeiros que invadiram a reserva em setembro de 1987. Mas ele vai mais além e quer punir os responsáveis indiretos, que são os donos de garimpos que levam seus funcionários para a área de

nove milhões e 400 mil hectares, demarcada através de liminar, concedida pelo juiz federal Noveley de Sousa Reis.

Além dos "responsáveis diretos e indiretos", Junqueira anunciou que "os agentes públicos podem ser responsabilizados pelo genocídio dos ianomamis", uma vez que existe uma liminar de um juiz federal, determinando a retirada dos garimpeiros e isso até o momento não foi cumprido pelo governo. "Este é um fato grave, pois um juiz está tendo uma decisão sua desrespeitada", diz ele.